Capitão de Abril, Capitão de Novembro
Manuel B. Martins Guerreiro comenta o livro de Sousa e Castro, que traça vivências de um dos períodos mais ricos da História portuguesa

referencial

Boletim da Associação 25 de Abril ■ Director: Pedro Pezarat Correia ■ N.º 96 ■ Outubro – Dezembro 2009

Liberdade e Coerência Cívica o Exemplo de Ernesto Melo Antunes na História Contemporânea Portuguesa

Págs. 4 a 13, 24

O Referencial

Propriedade: Associação 25 de Abril
Pessoa colectiva de utilidade pública (Declaração n.º 104/2002, DR, II Série, n.º 91, de 18 de Abril) • Membro Honorário da Ordem da Liberdade

Presidente da Direcção:
Vasco Lourenço

Director:
Pedro Pezarat Correia

Editor:
José António Santos

Fotografia:
Fernando Farinha (editor)
Nuno Augusto
Agência Lusa

Colaboradores:
Artur Custódio da Silva,
David Martelo, Fernando da Vaza Pinheiro, João Magalhães, José Barbosa Pereira, José Fontão, Luís Galvão (Bridge), Luís Vicente da Silva (cartoon), Manuel Loff, Maria Manuela Cruzeiro, Nuno Fisher Lopes Pires, Nuno Santa Clara Gomes

Sede nacional, Administração e Redacção
Associação 25 de Abril
Rua da Misericórdia, 95
1200-271 Lisboa
Telf.: 21 324 14 20
Fax: 21 324 14 29
E-mail: a25a.sec@25abril.org
www.25abril.org
www.guerracolonial.org

Delegação Norte
Escadas do Barredo, 120 R/C Esq.º
4050-092 Porto
Telf./Fax: 22 203 11 97
E-mail: a25a.del-norte@25abril.org

Delegação Centro
Apartado 3041
3000 Coimbra
E-mail: a25a.del-centro@25abril.org

Delegação do Alentejo
Bairro da Esperança, Edifício 2, Bloco 3 - loja, r/c
7560-145 Grândola
E-mail: a25a.del-alentejo@25abril.org

Delegação do Canadá
153 Hamilton St
Toronto-Ontario M4M 2C9

Execução Gráfica
Pré-impressão:
Ana Semomenho
Impressão e acabamento:
Armazéns de Papéis do Sado, Lda.
Rua Álvaro Castelões
2900-214 Setúbal
Tel. 265 229 258
www.apsabado.pt
apsado@apsado.pt

Tiragem: 4100 Exemplares

Distribuição gratuita

Publicação periódica trimestral inscrita na Entidade Reguladora para a Comunicação Social, sob o n.º 125626

Depósito legal n.º 32 998/89

Cumprir o Fórum

Na última edição de *O Referencial*, relativa ao trimestre de Julho-Setembro de 2009, demos relevo, nesta coluna, ao anúncio do Fórum Liberdade e Coerência Cívica, patrocinado pela Associação 25 de Abril, que ocorreria em Novembro e no qual seria evocada e homenageada a figura de Ernesto Melo Antunes, sobre cujo falecimento se perfaziam 10 anos.

O Fórum decorreu conforme planeado e de acordo com as expectativas dos promotores e, muito justamente, volta a ser tema destacado nesta edição da nossa revista. Não podia deixar de ser assim.

O elevado sentido de dignidade que assinalaram as jornadas de 27 e 28 de Novembro, o nível das comunicações e comentários, a bela exposição fotográfica patente no átrio da Gulbenkian, a assistência interessada que compareceu nas várias sessões, comprovaram o reconhecimento unânime da importância que Melo Antunes teve no derrube da ditadura do Estado Novo e na construção do Portugal democrático.

As participações não esconderam que as jornadas foram dominadas por um intenso clima afectivo, porque na maioria partiam de pessoas que com Melo Antunes partilharam relações de fraterna convivência, mas é justo registar que foram muito além disso. Porque procuraram que tal não condicionasse o discurso reflexivo, analítico, que a sua multifacetada personalidade exigia. Daí que, penso, se tenha conseguido realçar, sem cair no elogio balofo ou no louvor meramente formal, o papel do militar e das suas angústias enquanto oficial de um Exército que sustentava um regime com o qual não se identificava e em cujo derrube procurava colaborar, do oposicionista activo que enfrentou as previsíveis consequências de uma atitude conscientemente assumida, do conspirador que conferiu conteúdo político consistente ao movimento militar libertador em que se envolveu com os seus camaradas e que haveria de mobilizar a adesão popular generalizada, do homem do MFA consciente e que nunca virou a cara às hercúleas tarefas que haviam de se colocar quando os militares tiveram de arcar com a responsabilidade do período de transição e com as fracturas que, inevitavelmente, os viriam a dividir.

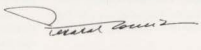
Mas, para além destas facetas do homem de acção, que inegavelmente foi, apesar de ser mais identificado com o intelectual distante, também foi posta em destaque a sua dimensão cultural, a sua estatura de estadista, a sua sensibilidade estratégica, o seu exemplo cívico. E, evidentemente, alguns aspectos da sua vida foram justamente postos em evidência para além do reconhecimento, tornado lugar-comum, de ter sido o principal ideólogo do MFA e teorizador dos seus documentos de referência, que fica a marcar para sempre a sua presença na Comissão Coordenadora do

MFA e no Conselho da Revolução. Assim, o seu protagonismo na participação portuguesa na descolonização, a dignidade e sentido de Estado com que exerceu as funções de Ministro dos Negócios Estrangeiros, a inteligência e notável bom senso com que presidiu à Comissão Constitucional, órgão decisivo para que o Conselho da Revolução cumprisse a sua missão de zelador da normalidade constitucional, constituem marcos decisivos da sua rica biografia.

Certamente que estas jornadas foram caracterizadas pelo posicionamento de esquerda dos participantes e não há nada a escamotear ou algo a desculpar nesta realidade. Porque Melo Antunes era um homem de esquerda e com tal inequivocamente assumido. Na sua evocação não se poderá iludir esta questão, sob pena de se trair o que fora uma opção determinante do seu posicionamento cívico. Mas dentro da esquerda foi uma participação plural e foi importante constatar que os seus camaradas do MFA marcaram presença, independentemente das cisões que se cavaram no "verão quente" de 1975 e do facto de Melo Antunes ter estado no centro de uma das facções que se confrontaram. Não estou a dizer que se tenham esquecido as contradições que nos dividiram. Digo que nos respeitamos apesar dessas contradições e diferentes opções tomadas e que, afinal, tiveram a ver com a complexidade e diferentes perspectivas do processo revolucionário e não com ambições mesquinhas ou aproveitamentos de ordem pessoal.

O objectivo do Fórum não ficará cumprido enquanto não forem reunidos e publicados os registos das comunicações e comentários produzidos nas várias sessões. Porque ali se disseram coisas importantes, não apenas sobre Melo Antunes que só por si o justificaria, mas sobre a época que viveu, os acontecimentos em que se envolveu, as reflexões em que participou. Afinal sobre o país e o mundo em que a sua vida se inscreveu.

A publicação do volume das actas, que está em marcha e importa que não demore a chegar às mãos do público interessado, será um contributo importante para a história do 25 de Abril. Isto é, para o conhecimento da viragem que possibilitou a entrada dos portugueses na era moderna. A forma como essa possibilidade foi bem ou mal aproveitada, os reais benefícios que daí colheram ou poderiam ter colhido, isso já é outra questão, que tem, obviamente, a ver com o 25 de Abril, mas que ultrapassa o 25 de Abril. ■



LIBERDADE E COERÊNCIA CÍVICA O EXEMPLO DE ERNESTO MELO ANTUNES NA

Um homem que abria a porta sem saber quem lhe tocava à

Durante a sessão de abertura do colóquio

IDEÓLOGO DO 25 DE ABRIL, artífice da descolonização, homem de cultura, figura decisiva da democracia, eis algumas das qualificações atribuídas a Ernesto Melo Antunes por eminentes personalidades da vida pública portuguesa, durante o colóquio "Liberdade e Coerência Cívica o Exemplo de Ernesto Melo Antunes na História Contemporânea Portuguesa" que decorreu em Lisboa, na Fundação Calouste Gulbenkian, nos dias 27 e 28 de Novembro de 2009.

O colóquio fez memória de uma figura ímpar de Revolução de 25 de Abril no ano em que se cumprem dez anos após a morte de Melo Antunes, com um programa, em destaque nestas páginas, onde os participantes discerniram sobre os tópicos "Ditadura e Oposição: dos Açores ao Movimento dos Capitães"; "Descolonização: a pedra basilar do processo de democratização"; "Um Processo Revolucionário em Curso"; "Na consolidação democrática: Conselho da Revolução e Comissão Constitucional"; "Política Internacional: diplomacia, relações internacionais e diálogo entre povo"; havendo ainda espaço, na sessão de encerramento, para a afirmação de testemunhos pessoais.

A sessão de abertura foi presidida por Jaime Gama, presidente da Assembleia da República, que se encontrava ladeado pelo presidente da Fundação Gulbenkian, Rui Vilar, pelo presidente da Associação 25 de Abril, Vasco Lourenço, e pela Prof. Maria Inácia Rezola.

Na abertura da conferência, Jaime Gama afirmou que "Melo Antunes era talvez demasiado político para uma carreira militar e demasiado militar para uma carreira política", talvez por isso, sublinhou, "isolado pelo radicalismo revolucionário e não foi todavia adoptado pelo sistema de partidos português".

Falando durante o primeiro painel do colóquio Mário Soares referiu-se a Melo Antunes como "o ideólogo do 25 de Abril" e um "homem muito culto e actualizado", com conhecimentos literários e "muito conhecedor da política internacional" da época. Mário Soares identificaria, ainda, Melo Antunes como uma pessoa que se pautou pela "honestidade, verticalidade e inteligência" e que teve "um desempenho brilhante" enquanto ministro dos Negócios Estrangeiros, durante o processo de descolonização.

Mário Soares lamentou o facto de Melo Antunes ter sido "mal-amado pela extrema-esquerda que ele defendeu e também nem sempre muito apreciado pela direita, e muito menos pela esquerda socialista".

O primeiro governador-civil de Ponta Delgada, após o 25 de Abril, Borges Coutinho, classificou o seu amigo como "um homem de esquerda,

HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA PORTUGUESA

de sua casa campainha

muito culto, ávido leitor e intelectualmente bem equipado".

"Parecia um tenente mas não, era um alferes", afirmou, a propósito da chegada de Melo Antunes a Ponta Delgada, onde esteve colocado como militar durante vários anos e onde trabalhou na oposição política ao Estado Novo e se envolveu na vida cultural e cooperativa dos Açores.

Borges Coutinho referiu ainda que Melo Antunes foi o "autor do mais lindo acto do processo revolucionário, quando no dia seguinte ao 25 de Novembro de 1975 defendeu a permanência no quadro político português dos seus adversários" políticos (o PCP): "Foi um acto notável e de notável coragem".

Mário Mesquita, administrador da Fundação Luso Americana, destacou em Melo Antunes a dimensão de "militar e intelectual" e como um "promotor da cultura, da música e do cinema" nos Açores.

No segundo painel do colóquio, Jorge Sampaio referiu a importância da participação de Melo Antunes no processo de descolonização, e sublinhou a confiança de Melo Antunes numa solução pela "via política e não pela imposição militar" sobre aqueles territórios.

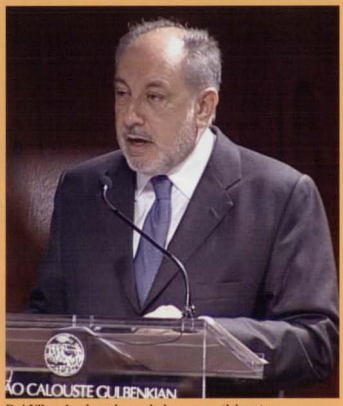
Jorge Sampaio destacou a "capacidade cultural e política" bem como "uma grande coragem física e moral" de Melo Antunes.

"É inesquecível o facto de, no meio das coisas complicadíssimas de 1975, ele abrir a porta de casa sem saber quem lhe tocava à companhia", lembrou, ainda, Jorge Sampaio que evidenciou também "o seu desprendimento e essa grande coragem que serviu a um homem de princípios".

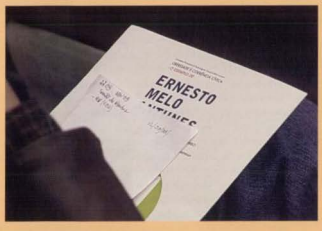
"Foi muito honroso para mim ter trabalhado com ele num momento assaz difícil", concluiu.

Pezarat Correia recordou o amigo e camarada como o artífice da estratégia para a descolonização. "O momento decisivo foi a Lei de 7/74, do reconhecimento da independência e da autodeterminação dos povos da colónias", afirmou, considerando que este documento "abriu a porta a negociações frutuosas" com os movimentos de libertação.

Falando, ainda, sobre o processo de descolonização, Pezarat Correia referiu a existência de um pensamento estratégico como desiderato para a independência das colónias, de que Melo Antunes foi o grande obreiro. Ernesto Melo Antunes, recordou Pezarat Correia, recusou sempre "a tese da descolonização possível" e identificou-o como tendo sido o "mais im-



Rui Vilar, dando as boas-vindas aos participantes



Livro a editar brevemente reúne intervenções do colóquio

À hora de fecho desta edição de *O Referencial*, a Redacção não dispunha da totalidade das comunicações e testemunhos proferidos no colóquio Liberdade e Coerência Cívica o Exemplo de Ernesto Melo Antunes na História Contemporânea Portuguesa.

Esses documentos estão a ser compilados para fazerem parte de um livro sobre o colóquio que será brevemente editado.

LIBERDADE E COERÊNCIA CÍVICA O EXEMPLO DE ERNESTO MELO ANTUNES NA

Vasco Lourenço, Jaime Gama e Maria Inácia Rezola

Um homem que abria a porta...

portante responsável português pela descolonização". A propósito, disse, "fez-se o que tinha de ser feito".

Pezarat Correia revelou, ainda, que no final da sua vida Melo Antunes preparava com a ajuda de alguns "amigos e camaradas" uma "obra final sobre a sua visão da descolonização", mas que nunca chegou a ser concluída.

No terceiro painel do colóquio Maria Inácia Rezola dissecou "um processo revolucionário em curso (1974-1976) para apresentar cinco ideias a partir das quais fundamentou a figura de Melo Antunes: como ideólogo do movimento dos capitães; a preocupação central na definição de um projecto ideológico e de um pensamento estratégico para Portugal, nomadamente, através do Programa do MFA, Programa de Política Económica e Social, procura de um socialismo pluripartidário, e Documento dos Nove; a estatura do homem de acção, além de pensador, que ocupou cargos estratégicos no decurso da revolução, gerindo conflitos e conciliando posições; simultaneamente, também, uma das figuras mais incompreendidas e "demonizadas" do PREC; e, por fim, as reflexões sobre o papel dos militares na vida política.

No quarto painel do colóquio, Ramalho Eanes considerou que "a história está a ser fiel a Melo Antunes, o que certamente não estará ser fiel a Melo Antunes é a memória popular".

"Ele tem um lugar consagrado na história, talvez não tenha a consagração que merece porque, por culpa da desinformação, foi um esquerdista perigosíssimo e nunca se olhou para ele como um homem firme nas suas convicções, com uma forte capacidade política, com grande carácter, que procurou que Portugal tivesse uma democracia definida fundamentalmente pela liberdade", salientou.

Jorge Miranda, que trabalhou com Melo Antunes na antiga Comissão Constitucional (mais tarde substituída pelo Tribunal Constitucional), classificou como "preocupante" o "desconhecimento" das gerações mais novas em relação àquele militar e a falta de jovens na assistência.

"Estes exemplos cívicos e morais devem ser levados às universidades", exortou o professor universitário, lamentando que o país esteja "anestesiado com futebol e outras coisas".

No quinto painel do colóquio, o embaixador Luís Castro Mendes abordou a faceta diplomática e discorreu "sobre o pensamento estratégico de Ernesto Melo Antunes, sobre a sua concepção das relações internacionais e da defesa da nossa independência nacional e sobre a sua prática política como responsável pela diplomacia portuguesa, enquanto ministro dos Negócios Estrangeiros, entre Março de 1975 e Julho de 1976."

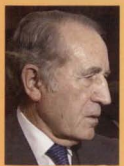
Luís Castro Mendes evocou o pensamento de Melo Antunes através do discurso de despedida que fez no Ministério dos Negócios Estrangei-

HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA PORTUGUESA

EM DESTAQUE

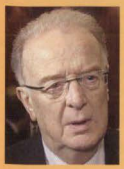
Qual o balanço desta sua vasta intervenção? O que ficou da Revolução?
Não há uma desilusão global relativamente ao que aconteceu e às expectativas que tinham sido criadas. Muitas das aspirações do 25 de Abril foram conseguidas, nomeadamente tudo o que se refere à institucionalização da democracia crítica. Além disso, Portugal é hoje um país que progrediu muito mais do que seria de esperar se tivéssemos continuado como antes. Que é isso da desilusão? É verdade que queremos sempre mais. Gostaríamos de ter uma sociedade mais perfeita, em que os valores em que acreditamos pudessem ser mantidos, consolidados. Mas acho que essa atitude de desilusão, que muitos têm, esconde, por vezes, uma certa incapacidade de enfrentar a realidade e de continuar a lutar. Porque viver, e viver politicamente, é uma luta constante que significa que nunca estamos contentes com aquilo que temos.
Melo Antunes *in* "Visão", 31/3/1999

Melo Antunes era talvez demasiado político para uma carreira militar e demasiado militar para uma carreira política.
Jaime Gama



A história está a ser fiel a Melo Antunes, o que certamente não estará a ser fiel a Melo Antunes é a memória popular. Ele tem um lugar consagrado na história, talvez não tenha a consagração que merece porque, por culpa da desinformação, foi um esquerdista perigosíssimo e nunca se olhou para ele como um homem firme nas suas convicções, com uma forte capacidade política, com grande carácter, que procurou que Portugal tivesse uma democracia definida fundamentalmente pela liberdade.
Ramalho Eanes

Lamento que Melo Antunes tenha sido mal-amado pela extrema-esquerda que ele defendeu e também nem sempre muito apreciado pela direita, e muito menos pela esquerda socialista.
Mário Soares



É inesquecível o facto de, no meio das coisas complicadíssimas de 1975, Melo Antunes abrir a porta de casa sem saber quem lhe tocava à campainha.
Jorge Sampaio

LIBERDADE E COERÊNCIA CÍVICA O EXEMPLO DE ERNESTO MELO ANTUNES NA

Um homem que abria a porta...

ros, no momento de deixar as suas funções, findo o VI Governo Provisório, em Julho de 1976, onde, precisou, "quis traçar com clareza as linhas mestras fundamentais da política externa que praticou e defendeu".

Ausência do Presidente da República. À margem dos trabalhos, o presidente da Associação 25 de Abril, lamentou que o Presidente da República não tenha estado no colóquio de homenagem a Ernesto Melo Antunes, e relacionou a ausência de Cavaco Silva com a candidatura de Melo Antunes à UNESCO.

Responsável pela organização do colóquio, Vasco Lourenço adiantou aos jornalistas que, apesar de contactado, o Presidente da República "não se mostrou disponível" para estar presente, fosse para dar o alto patrocínio ou para presidir à sessão de abertura.

Vasco Lourenço disse lamentar a ausência de Cavaco Silva que, disse, "não se mostrou disponível" para estar presente, e adiantou uma possível explicação: "naturalmente tem a ver com o facto de quando [Cavaco Silva] foi primeiro-ministro não ter apoiado a candidatura do Ernesto Melo Antunes a presidente da UNESCO e de nessa altura perdermos a oportunidade de ter um português a presidir a UNESCO", sugeriu. E, a concluir, limitou-se a dizer: "as atitudes ficam com quem as pratica".

Reacção da Presidência. Reagindo às declarações de Vasco Lourenço, a assessoria para a comunicação social da Presidência da República fez saber que Cavaco Silva quis estar presente no colóquio de homenagem a Melo Antunes, mas a comissão organizadora da iniciativa não compareceu à audiência marcada para definir esta participação.

A assessoria para a comunicação social da Presidência da República revelou à Lusa pormenores da preparação da agenda de Cavaco Silva, para esclarecer a responsabilidade da ausência do Presidente da República no colóquio de homenagem a Melo Antunes. Posteriormente a assessoria de Cavaco Silva confirmava que o Presidente fora convidado formalmente para presidir à abertura do colóquio, mas tinha um compromisso previamente assumido para a mesma hora – a abertura do V Encontro Cívico Ibero-Americano.

"Foi comunicado que, apesar disso, o Presidente da República não queria deixar de se associar à homenagem a Melo Antunes, e foi então marcada uma audiência do Presidente à comissão organizadora para o dia 13 de Outubro", acrescentou a mesma fonte.

Nessa audiência, sublinha a assessoria do Presidente, seria definida uma solução alternativa para Cavaco Silva poder estar presente ou fazer-se representar no colóquio.

A audiência não chegou a verificar-se, uma vez que no dia 9 de Outubro "a comissão organizadora comunicou à Presidência da República que não podia comparecer". "Não houve nenhum contacto posterior a essa data", esclareceu.

"A Presidência da República – acrescentou aquela fonte – não tem o hábito de divulgar detalhes da preparação da agenda do Presidente, mas esta é uma circunstância em que, para repor a verdade dos factos, era importante fazer este esclarecimento".

Falta notada. O conselheiro de Estado e ex-deputado do PS, Manuel Alegre, disse à Lusa que Ernesto Melo Antunes "merecia a presença das principais figuras do Estado" no colóquio em sua homenagem.

Questionado pelos jornalistas no final do colóquio, "sobre a ausência do Presidente da República, Manuel Alegre referiu que só Cavaco Silva "pode responder", mas apresentou o seu ponto de vista.

"Ele [Cavaco Silva] é que pode responder, eu não conheço a agenda dele (...) Acho que ele [Melo Antunes] merecia a presença das principais figuras do Estado, porque sem a acção de Melo Antunes não havia estas figuras do Estado, pelo menos resultantes do voto popular", afirmou.

Manuel Alegre fez depois questão de sublinhar a razão da sua presença no colóquio: "Prestar homenagem a um grande português, um grande amigo, foi um homem essencial na nossa revolução e na nossa democracia e que eu conheci, fui talvez a pessoa que melhor o conheceu, e estou emocionado depois de ter falado".

Alegre juntou também a sua voz a um apelo feito por vários convidados do colóquio, como o constitucionalista Jorge Miranda, defendendo que "era importante mesmo que as televisões, os órgãos de comunicação social e as escolas dessem a conhecer melhor o que foi a vida e a obra do Ernesto Melo Antunes" e que o país "precisa de exemplos desses, de políticos éticos". Está previsto que esta exposição esteja patente em Ponta Delgada, no decorrer do primeiro semestre do corrente ano.

A par do colóquio esteve patente na Fundação Gulbenkian uma exposição de fotografias e documentos sobre a vida do capitão de Abril, antigo ministro, conselheiro de Estado e subdirector-geral da Unesco e que no início da década de 1990 aderiu ao PS. ■

(Este texto foi elaborado a partir de notícias distribuídas pela Lusa e está ilustrado com fotos também da Lusa)

HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA PORTUGUESA

Álbum de memórias em exposição

1. Tavira, almoço com colegas, no ano lectivo de 1951/52.
2. Outubro de 1958.
3. Exercícios finais, 1956.
4. Recepção aos candidatos da Escola do Exército, 1955.
5. Praça da Alegria, Lisboa.
6. Tavira, 1955.

LIBERDADE E COERÊNCIA CÍVICA O EXEMPLO DE ERNESTO MELO ANTUNES NA

Álbum de memórias em exposição

BATERIA ANTIAEREA 4 cm / GRUPO DE ARTILHARIA DE GUARNIÇÃO

1959 - PRIMEIRA BATERIA DE "PRONTOS" QUE O MELO COMANDOU

1960 - PRIMEIRA BATERIA DE RECRUTAS QUE O MELO ANTUNES COMANDOU

INSTRUÇÃO DE ITA

2º ANO ART 1955/56

VISITA DE CADETES INGLESES À E.E.

LIBERDADE E COERÊNCIA CÍVICA O EXEMPLO DE ERNESTO MELO ANTUNES NA HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA PORTUGUESA

Álbum de memórias em exposição

ANOS LECTIVOS
1954/55
e
1955/56

QUARTO 45 - MELO ANTUNES/BEGONHA/VEIGA DA FONSECA/BATALHA/SILVA E SOUSA

1954/55 EXERCÍCIOS FINAIS NO GUINCHO MELO ANTUNES/BEGONHA/ANGELO S. SOUSA

MELO ANTUNES
GOMES MARQUES

PIPUCA (SIMÕES) E MELO ANTUNES

CLUBE MICAELENSE - BAILE 3ª FEIRA CARNAVAL 1958

ESCOLA DE RECRUTAS 1958 CAPT PELOTÃO INSTRUÇÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

A PROCISSÃO DO SENHOR SANTO CRISTO DOS MILAGRES EM 1958 PASSANDO FRENTE A JANELA DO QUARTO EM QUE VIVIA O MELO ANTUNES DURANTE MAIS DE 3 ANOS - LARGO DO COLÉGIO Nº4 N/C

"Capitão de Abril, Capitão de Novembro"

MANUEL B. MARTINS GUERREIRO

SOUSA E CASTRO neste livro transmite-nos a sua experiência, a sua participação e vivência de um dos períodos mais ricos da história portuguesa, seguramente dos mais prometedores, prenhe de promessas e esperanças.

Sousa e Castro, como interveniente directo e por vezes fulcral dos acontecimentos que nos relata, procura enquadrá-los e interpretá-los naquelas condições. Naturalmente as suas posições são subjectivas, porém bastante úteis para entendermos e percebermos o porquê de certas tomadas de posição e acções.

A narrativa é simples e fácil de seguir, prende o leitor interessado em compreender o porquê desta intervenção e irrupção tão significativa dos jovens militares na vida política portuguesa. Este seu testemunho é um valioso contributo para o esclarecimento de alguns acontecimentos, quer na preparação do 25 de Abril quer posteriormente no desenrolar de todo o processo até à extinção do CR.

O autor usa materiais e revela documentos por força das funções que desempenhou no CR, que são do maior interesse para futuros estudos e aprofundamento dos temas por investigadores que se interessam por este período da nossa história. Bastava isto para tornar interessante o livro. Pode colocar-se a questão se é necessário e adequado revelar nomes e posições pessoais e processuais quando não abonam a favor dos próprios. Não me refiro naturalmente às responsabilidades e decisões dos chefes militares ou dos elementos do CR, neste caso Sousa e Castro ou qualquer de nós tem toda a legitimidade para divulgar tomadas de posição e decisões que tiveram pesadas consequências na vida do país e forte influência na aplicação da justiça.

Pronuncia-se sobre algumas figuras mais marcantes de todo o processo, escolhendo apenas algumas, provavelmente aquelas com quem teve contacto mais directo, ou que mais interessavam à sua narrativa e interpretação dos acontecimentos.

Este livro não esgota, nem terá a pretensão de o fazer, tudo o que se passou, fazendo sim luz sobre alguns acontecimentos e deixando outros na sombra ou quase lhes não toca.

Quanto a mim, o seu valor está exactamente no acréscimo de luz que traz a certos episódios.

Assim.

Kaulzada – conta como ocorreram os factos, dada a sua participação directa, faz uma interpretação política que considero útil e clara, revelando (confessa) também a situação incómoda em que se sentiu face aos camaradas pára-quedistas. De facto, os camaradas do Movimento dos Capitães entraram num terreno perigoso cujo controlo lhes poderia ter escapado, sendo esta uma das questões que nos criou interrogações.

16 de Março – os factos e a sua interpretação são bem apresentados.

A posição da Marinha na reunião de Cascais – é considerada curiosa. Para ajudar a entender melhor a aproximação da Marinha ao Movimento dos Capitães, acrescente que os jovens oficiais de Marinha tinham organizado um movimento com preocupações culturais e políticas que dispunha de uma direcção política, enquanto no Movimento dos Capitães sobressaía uma direcção sobretudo militar e por isso houve algumas cautelas nos contactos para futuros compromissos.

28 de Setembro e 11 de Março – o porquê do sucessivo empenhamento do MFA no processo e o crescendo das responsabilidades políticas assumidas por homens do MFA, as responsabilidades de Spínola e dos seus homens na "aceleração da História".

Porque vivi também muitos dos acontecimentos, fui "oficial do mesmo ofício" e várias vezes com uma posição, visão ou interpretação diferentes, não posso deixar de me pronunciar sobre alguns aspectos que considero mais subjectivos da descrição do período pós-revolucionário, do Verão Quente e do 25 de Novembro ou da apreciação, avaliação de certas personalidades.

Independentemente da divergência de opiniões ou interpretações, quero dizer que considero este livro muito estimulante e que com certeza levará mais alguns de nós a relatar também as suas experiências, vivências e interpretação dos acontecimentos, no seguimento do que já foi feito por outros, contribuindo sem dúvida para uma maior compreensão e melhor conhecimento do que foi este período da história portuguesa.

Sousa e Castro tem naturalmente a preocupação de justificar as suas opções e do Grupo do Nove, reconhece em certas passagens que do ponto de vista disciplinar e militar nem sempre a actuação terá sido a mais correcta, é de realçar tal atitude. Porém do ponto de vista político não deixa de usar certos chavões e tipo de linguagem, em voga na época muito útil para o combate político, para caracterizar o adversário "gonçalvista", enquanto Otelo e o COPCON aparecem sobretudo como grupo perturbador, com quem procura chegar ao entendimento, não regateando esforços para o efeito. Não se nota a mesma preocupação e "investimento" relativamente aos "Gonçalvistas" e isto a meu entender tem a ver com alguns preconceitos, uns mais conscientes outros menos e que transparecem na adjectivação utilizada, que também me aplica embora de forma mais suave. "Afectos", "conotados", "muito próximos", "comprometidos", "alinhados", "engajados", "a quem se atribuem ligações com o PCP que hegemonizava a acção governativa através de Vasco Gonçalves". Quando se refere aos Nove classifica-os de "moderados", embora reconheça que "estes moderados estavam dispostos e disponíveis para o confronto militar, considera legítima a conspiração permanente que alguns desenvolveram, são eles os verdadeiros intérpretes do espírito de Abril e reconduzem-no à pureza original".

É de assinalar a forma como interpreta o 25 de Novembro e a luz que do interior do grupo dos Nove e do grupo militar lança sobre alguns desenvolvimentos do que se passou.

No que se refere a personalidades, tenho os seguintes comentários.

Costa Gomes – faz-lhe justiça reconhecendo o seu enorme papel em todo o processo, a sua grande inteligência e preocupação essencial de servir o país e o povo português, não sendo motivado por qualquer projecto pessoal ou de poder. Costa Gomes foi provavelmente o principal obreiro da Democracia portuguesa, temos para com ele uma dívida de justiça.

Vasco Lourenço – reconhece o seu papel fundamental e importância até ao 25 de Novembro, colocando-o a seguir na sombra de Eanes, sobretudo no que se refere ao "meter o Exército nos eixos". Penso que não terá sido bem assim, sobretudo na Região Militar de Lisboa.

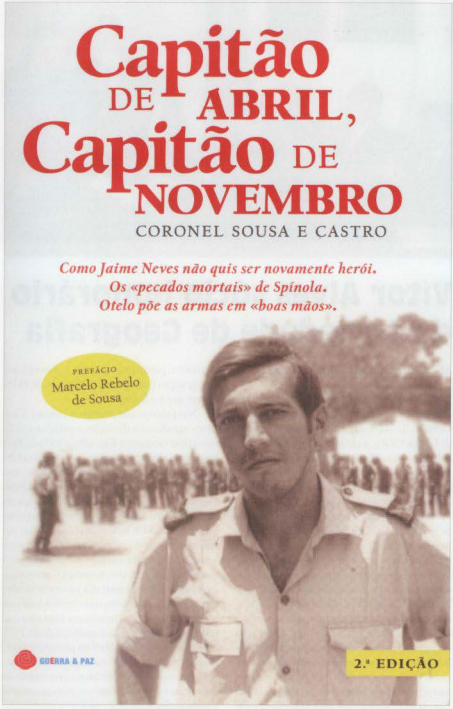
Melo Antunes – Valoriza a sua capacidade política, intelectual e cultural, como é de toda a justiça.

Vítor Alves, Charais e Pezarat – Reconhece os seus méritos e importância, mas não aparecem com a dimensão que tiveram em muitas fases do processo antes e depois do 25 de Abril.

Eanes – Valoriza a sua importância e figura do 25 de Novembro e sobretudo no "retorno dos militares a quartéis", não deixando contudo de lhe apontar algumas cedências ou limitações no que se refere ao avanço e revanchismo da direita militar.

Desmistifica Jaime Neves, Morais Silva e Souto Cruz.

Faz justiça a Rosa Coutinho. O facto de o ter substituído nos Serviços de Apoio do CR permitiu-lhe com certeza conhecer melhor quem era o almirante Rosa Coutinho, não hesita e procura repor a verdade, atitude que enobrece o autor.



Considero que é injusto para com Fabião e Vasco Gonçalves. Com este é, a meu ver, claramente redutor na análise que faz do homem e das opções e das suas atitudes. Relativamente a Fabião, julgo que existe ainda hoje uma incompreensão e uma recusa dos capitães em aceitarem e reconhecerem que não souberam aproveitar e apoiar a melhor oportunidade que tiveram para construir no Exército uma direcção política e militar coerente, apoiando sem reservas o oficial do MFA que tinha mais qualidades militares e conhecimentos culturais e políticos para desempenhar esse papel – talvez único – que poderia ter feito a síntese entre os outros principais intervenientes.

Quanto a Otelo, penso que Sousa e Castro caracteriza bem a sua personalidade e a sua importância no processo.

No texto existem, por vezes, lapsos quando se refere a questões que não são do seu conhecimento directo, como por exemplo, sobre a Marinha e os Fuzileiros no 25 de Novembro. Pinheiro de Azevedo não detinha comando algum sobre a Marinha e sublinho o algum. A linha de comando não passava por ele, nem directamente por Rosa Coutinho, embora este tivesse importância e fosse ouvido para as decisões militares. Também na António Maria Cardoso não estavam fuzileiros, mas sim marinheiros. A tirada do Otelo relativamente a Ribeiro Pacheco e aos Fuzileiros é pura fantasia.

Talvez o lapso mais significativo seja o de atribuir à Anny Silva Pais um relacionamento sentimental com Fidel Castro, pois tal não corresponde à verdade. Houve sim um relacionamento com um revolucionário cubano, mas não com Fidel.

No entanto estes lapsos, embora alguns significativos, não tiram ao livro a sua importância e o seu significado como documento necessário para o entendimento da participação dos militares na instauração da Democracia em Portugal, que foi de facto obra nossa.

Não posso deixar de felicitar o autor pelos elementos que fornece sobre a actividade da Comissão de Extinção da PIDE, sobre o reconhecimento da independência de Angola e, sobretudo, sobre as perseguições aos Militares de Abril depois do 25 de Novembro e nos anos que se lhe seguiram.

Este livro ajuda-nos a conhecer melhor as visões ou posições que levam à prática certos actos, bem como a formação dessas posições ou convicções, por vezes não muito alicerçadas na razão e no conhecimento de causa, bem como a tendência para classificar o que se não conhece ou controla como alinhado com aquilo que se combate.

O Sousa e Castro com este livro contribui para um melhor conhecimento do período de 1974 a 1982. Sem dúvida que haverá sempre mais História para além do que cada um de nós participante e interveniente directo fez ou relata, mas as nossas vivências e actos naquele período fizeram História, por isso é da maior importância que se tornem públicos. ■

Dever de memória

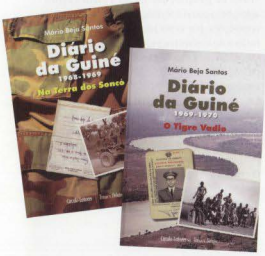
BEJA SANTOS

AGRADECENDO ANTECIPADAMENTE o acolhimento que *O Referencial* me concede para expor um pedido a todos os leitores, venho à vossa presença, apresentando-me e rogar a vossa ajuda.

Chamo-me Mário Beja Santos, sou técnico de defesa do consumidor e escrevi em 2008 dois livros sobre a minha comissão na Guiné, ambos editados pelo Círculo de Leitores e Temas & Debates. Fi-lo depois de ter publicado a totalidade do seu conteúdo no blogue Luís Graça & Camaradas da Guiné, porventura a mais frequentada sala de reuniões digital de combatentes daquele teatro de operações. Uma das incumbências a que me atribui é de tentar o levantamento, o mais exaustivo que me for possível, das obras literárias, ensaísticas e memorialistas respeitantes a todos aqueles que ali combateram entre 1963 e 1974.

O que concretamente vos venho pedir é se me podem indicar os títulos, os autores, os editores de tais obras literárias (romances, poesia, narrativa), ensaios (políticos, sociais, económicos e culturais) e memórias (quer editadas em livro ou mesmo publicadas em jornais ou revistas). É evidente que estou totalmente receptivo a acolher outras sugestões, mormente a possibilidade de ter acesso a documentação não publicada cujos autores entendam autorizar-me a sua divulgação, nos termos da lei de direitos autorais. É tempo de se proceder ao recenseamento de todos os materiais, quer da parte portuguesa, quer da parte guineense. Só respondo e me sinto estimulado a trabalhar a matéria-prima da parte portuguesa. Conto incondicionalmente com a vossa ajuda, peço-vos a amabilidade de me contactarem, caso seja possível (e-mail: beja.santos@dg.consumidor.pt; telefones: 213564686 / 217972317).

A todos aqueles que de qualquer modo me podem ajudar neste dever de memória que iremos transmitir a futuras gerações, exprimo a minha sincera gratidão. ■



Vítor Alves sócio honorário da Sociedade de Geografia

ANTÓNIO J. CAVALEIRO DE FERREIRA

SOB A PRESIDÊNCIA do professor Luís Aires-Barros realizou-se, no passado dia 6 de Outubro de 2009 na Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL), a cerimónia de imposição do colar de Sócio Honorário daquela instituição ao coronel Vítor Alves, distinção que lhe foi atribuída por aclamação na Assembleia Geral de 30 de Março do mesmo ano.

Na cerimónia, em que estiveram presentes os membros da Direcção, presidentes e sócios honorários da SGL e familiares do agraciado, o professor Luís Aires-Barros, depois de frisar que a categoria de sócio honorário só é outorgada aos que prestem serviços eminentes à Ciência, à Nação e à Sociedade de Geografia de Lisboa, salientou a dívida de gratidão que esta instituição tem para com o coronel Vítor Alves pois enquanto conselheiro da Revolução e ministro da Educação e da Investigação Científica, nos anos conturbados anos de 1975 e 1976, não só tomou várias medida que impediram a ocupação selvagem da sede como evitou que a SGL entrasse em colapso financeiro com a consequente paralisia de toda a sua actividade. Recordou ainda que foi graças à compreensão, sensibilidade, generosidade, alto espírito patriótico e à visão de futuro do então ministro Vítor Alves que a SGL pôde retomar a sua actividade normal, não só no ano de 1976 como nos que lhe seguiram, dada a afectação da dotação aos orçamentos anuais daquele Ministério, permitindo que viva e prossiga em prol da nação a caminhada iniciada desde 1875, ano em que foi fundada.

Nas palavras que proferiu o Coronel Vítor Alves agradeceu a distinção, enalteceu a SGL como pilar fundamental na subsistência de Portugal como identidade genuína com direito a cartografia própria. Referiu depois os factos que levaram a SGL a conceder-lhe tão alta distinção e de ser sua convicção que pela sua aliança do mundo físico e material aos valores do espírito e da cultura, a SGL tornou-se depositária de um capital que, mesmo na mais aguda das crises é o único garante da nossa subsistência como identidade genuína, que reivindica o reconhecimento e respeito por parte dos parceiros na afirmação política autónoma, com direito a uma cartografia própria. Algo teria de ser feito para que se não perdesse o que se constituíra desde 1875 como património inalterável do povo português. Assim quando em 1976 foi Ministro da Educação e Investigação Científica teve oportunidade de intervir da forma que então era mais necessária à sobrevivência da SGL, ou seja a intervenção material. Fê-lo por imperativo de consciência, por acreditar que nada fazer seria uma perda de consequências irreparáveis. Fê-lo também em homenagem ao Almirante Sarmento Rodrigues cuja amizade foi sempre um esteio e uma inspiração. Fê-lo pelas gerações do futuro, para que pudessem ter acesso a tudo aquilo que representa a Sociedade de Geografia de Lisboa. ■

Maria de Lourdes Pintasilgo uma voz que faz falta

FÁTIMA GRÁCIO*

LEMBRAR MARIA DE LOURDES PINTASILGO numa revista da Associação 25 de Abril, leva-nos forçosamente a recordá-la e a enquadrá-la nesse período de festa e de esperança que foi Abril de 1974. Para tal gostava de deixar aqui alguns apontamentos anteriores a essa data. Quando se dá o 25 de Abril ela já tinha feito um longo caminho de análise, de estudo e de grande preparação científica e cultural, que a habilitava a ter propostas fundamentadas para a transformação da sociedade e do mundo, missão que incorporou sempre na sua vida. Logo que foi chamada para desempenhar o seu primeiro cargo governativo, o de secretária de Estado da Segurança Social, foi olhada com desconfiança por uma esquerda que a conotava com a Primavera Marcelista. Nunca negou que aceitara o cargo de procuradora à Câmara Corporativa, mas sabemos que não partilhava da mesma convicção dos reformistas quanto a uma transição para a democracia controlada pelo regime. Com efeito, Maria de Lourdes Pintasilgo não acreditava no êxito dessa evolução "sem a participação das forças que se tinham batido pela democracia"[1]. Nessa mesma conferência disse: "Para mim, o caminho para o 25 de Abril começou na Universidade e nos movimentos estudantis da década de 50 e 60. Estudante percebi, que era o primado do Direito que separa uma sociedade civilizada do despotismo e da anarquia. Dirigente do movimento associativo, procurei unir o maior número de pessoas e congregar perspectivas e correntes em torno de objectivos com aspirações comuns às liberdades públicas e à sua prática." Mais tarde, nos finais da década de 60 e no âmbito do Movimento do Graal, a sua visão ajudou a dar corpo a programas e projectos que questionavam a ditadura e a injustiça social que grassava em Portugal. É disso exemplo o programa de alfabetização que com Teresa Santa Clara e outras pessoas lançou em Portugal, o que ajudou tantos jovens (alfabetizadores/as), a sensibilizar e estruturar as suas consciências face às desigualdades. À sua maneira, e sem ter entrado na "clandestinidade", contribuiu para a criação de uma massa crítica dentro da sociedade portuguesa, que viria a acolher o 25 de Abril de braços abertos. De salientar também que o seu modo de ser cristã, não fechada "em regras morais e actos de culto", como costumava dizer, e de convicção pós-conciliar, fundamentavam a sua visão e as suas opções.

Teve uma forma nova de fazer política, porque acreditava que todos trazemos connosco a resposta para os problemas que nos afligem. Concretizou este princípio no brevíssimo V governo, a que presidiu, ao realizar pelo país fora audições públicas, onde acolheu as sugestões que vinham das populações. Ouvia as pessoas e transmitia-lhes alegria, porque a alegria é mostrar aos outros que a esperança nos habita. Ela soube em 1979, agarrar o momento histórico, e sem nenhuma retaguarda, resistiu e cumpriu com isenção aquilo para que o PR a tinha indigitado. Foi porém mais longe do que se esperava, mas Maria de Lourdes Pintasilgo era assim, imprevisível, como alguém o disse recentemente. Em 1986 candidatou-se à Presidência da República e perdeu, mas não saiu derrotada. A força dos apoios que teve, não foi suficiente, talvez até por medo de a mudança ser grande. O país ficou sem dúvida marcado, mas não soube aprender do seu projecto político. Foi internacionalmente, em instâncias muito diversas como a UNESCO, o Comité des Sages, a Universidade das Nações Unidas em Tóquio, o Conselho de Interacção de ex-chefes de governo, Comissão Mundial Independente sobre População e Qualidade de Vida entre muitas outras, que o seu pensamento foi valorizado e reconhecida a sua estatura intelectual e humana. ■

**Presidente da Fundação Cuidar O Futuro*

[1] Pintasilgo, Maria de Lourdes (2004). Portugal: o 25 de Abril e o Futuro. Retirado em Janeiro 27, 2010 de http://www.arquivopintasilgo.pt/arquivopintasilgo/Documentos/0190.003.pdf

Na morte do almirante Armando Filgueiras Soares

MANUEL B. MARTINS GUERREIRO

O ALMIRANTE FILGUEIRAS SOARES deixou-nos no dia 6 de Janeiro deste ano, completaria a 9 de Março 86 anos.

Conheci o contra-almirante Filgueiras Soares no início dos anos 1970 quando desempenhava funções na 4.ª Divisão do Estado Maior da Armada. Oficial muito considerado, profissional competente e rigoroso, homem exigente e sério.

Durante a fase anterior ao 25 de Abril, quando os jovens oficiais da Armada desenvolviam forte acção cultural e política no CMN e na Marinha, não chegámos a estabelecer contacto com o então comandante Filgueiras Soares, a diferença de idades era muito grande e o aceso dos jovens oficiais ao EMA era limitado e esporádico.

Quando ocorre o 25 de Abril, a confiança que o almirante Rosa Coutinho e o comandante Silvano Ribeiro tinham na seriedade e competência do comandante Filgueiras Soares era enorme.

Com a primeira directiva do CEMA Pinheiro de Azevedo para a integração da Marinha no Programa do MFA e na nova situação, o valor profissional e a sensibilidade política do comandante Filgueiras Soares revelaram-se completamente; trabalhou a directiva, traduziu-a em medidas concretas, claras e simples para a reorganização da Marinha, especificamente o Estado Maior, Comandos Navais e área do Material.

Foram-lhe imediatamente atribuídas significativas responsabilidades no âmbito do EMA em estreita ligação com o comandante Marques Abrantes e, por outro lado, integrou a estrutura do MFA da Armada; na Comissão Coordenadora Alargada coordenava o grupo de estudos do Estado Maior.

As convicções democráticas, o prestígio e a capacidade profissional do comandante Filgueiras Soares transformaram-no em colaborador directo do almirante CEMA e em 1975 passou a coordenar todo o Estado Maior da Armada.

Quer em reuniões restritas do MFA da Armada, quer em reuniões mais alargadas, as suas sóbrias e sintéticas intervenções eram ouvidas com atenção e acatadas sem dificuldade.

As suas ideias e convicções políticas não deixavam quaisquer dúvidas sobre as suas posições democráticas de progresso e desenvolvimento do país; os esforços e capacidades do almirante Filgueiras Soares dirigiam-se essencialmente no sentido da operacionalidade, unidade e eficiência da Marinha; quanto à orienta-

ção política concordava com a linha expressa pelos representantes da Marinha nos órgãos de soberania: Junta de Salvação Nacional, Conselho de Estado, Governo e posteriormente em Março de 1975 Conselho da Revolução de que fez parte.

As posições da Marinha eram previamente debatidas e acordadas nos órgãos próprios do MFA da Marinha de que o contra-almirante Filgueiras Soares fazia parte.

A presença de Filgueiras Soares nas reuniões da Marinha dava consistência, coerência profissional e técnica a decisões políticas com importantes reflexos na área militar e era uma garantia para os oficiais com perfil essencialmente profissional e militar.

A capacidade, conhecimento e prestígio de Filgueiras Soares foram um importante factor de unidade da Armada. Foi com toda a naturalidade que, recém promovido a oficial general de duas estrelas, assume interinamente as funções de chefe de Estado Maior da Armada, quando em 19 de Setembro o almirante Pinheiro de Azevedo toma posse como primeiro-ministro do VI Governo Provisório.

Eu continuo a desempenhar as funções de chefe de Gabinete do CEMA e passo a trabalhar em estreita ligação com o novo CEMA.

A situação política que então vivíamos era de grande complexidade e incerteza. Filgueiras Soares está bem consciente disso mas aceita sem hesitação as novas responsabilidades. Com a condição de não ser promovido ou graduado, por outro lado o próprio almirante Pinheiro de Azevedo tinha manifestado o desejo de ficar com uma possibilidade de regresso no caso de qualquer coisa correr mal no VI Governo Provisório.

Apesar de Filgueiras Soares ter assumido interinamente, por vontade própria, as funções de CEMA, assume-as em toda a plenitude e ocupa o seu lugar no Conselho da Revolução, não há qualquer dúvida. Para todos, a partir daquele momento o comandante da Marinha e seu responsável máximo é o contra-almirante Filgueiras Soares e a linha de comando terá de ser integralmente respeitada – esta questão para Filgueiras Soares era essencial – a unidade da Marinha passava por ali.

No período que decorre até 25 de Novembro houve momentos e situações de grande tensão, por diversas vezes tive oportunidade de constatar a força de carácter, a coerência e a firmeza de Filgueiras Soares, não se deixando influenciar por pressões, mantendo as suas orientações e fazendo executar as suas ordens, ainda que nem sempre estas fossem recebidas da melhor maneira pelos destinatários e executores.

No dia 25 de Novembro a posição do almirante Filgueiras Soares foi determinante para que a Marinha ou algumas forças da Marinha não se tivessem envolvido ou deixado arrastar pelos acontecimentos.

Quando na madrugada de 25 de Novembro, eu e o comandante Ribeiro Pacheco contactámos o almirante Filgueiras Soares em sua casa para o informar da saída dos pára-queditas e das possíveis consequências de tal acto, depois de informado de que não havia qualquer participação de forças de Marinha, a sua posição é clara e o acordo entre nós estabelece-se facilmente – a Marinha ficará directamente às ordens do Presidente da República e não se deixará envolver nos acontecimentos.

Assim, cerca das 9 horas da manhã o almirante Filgueiras Soares, acompanhado por Rosa Coutinho, desloca-se a Belém para transmitir pessoalmente ao Presidente da República a posição da Marinha, o que permitiu ao general Costa Gomes alguma margem de manobra para desenvolver as acções que entendeu necessárias de modo a evitar um confronto armado em Portugal.

Na noite do dia 25 de Novembro, quando eu e o almirante Rosa Coutinho nos deslocamos à Base Naval para esclarecermos a situação e evitarmos actos menos reflectidos, fazemo-lo com o acordo e apoio de Filgueiras Soares.

Face ao desenrolar dos acontecimentos do 25 de Novembro e à pressão então exercida sobre o C R e a Marinha, os almirantes Filgueiras Soares e Rosa Coutinho demitiram-se das suas funções, mas não pediram a passagem à reserva, qualquer deles tinha a consciência tranquila e estava seguro de que apenas procurara servir o melhor possível a Marinha e o país.

O novo CEMA, almirante Souto Cruz, sabia bem do valor profissional, rigor moral e ético do contra-almirante Filgueiras Soares e por isso nomeou-o para desempenhar as funções de Superintendente dos Serviços de Material, correspondente ao posto de vice-almirante, funções que Filgueiras Soares desempenhou com a mesma dedicação e competência com que sempre exerceu todas as funções na Marinha.

Não obstante a posição favorável dos elementos da Marinha no CR, o CEMA, embora reconhecesse a isenção, os serviços e a competência de Filgueiras Soares, não teve capacidade nem coragem para propor a sua promoção a vice-almirante.

As decisões e comportamentos de Filgueiras Soares, enquanto CEMA, no dia 25 de Novembro e no posterior exercício das funções de superintendente dos Serviços de Material mostraram a sua dimensão militar, profissional, ética e moral, bem como o seu desapego ao poder ou a quaisquer benefícios pessoais.

A sua figura sobressai ainda mais se nos lembrarmos dos actos e atitudes que procuraram diminui-lo, ou reduzir os serviços que prestou à Marinha e ao país num momento bem difícil, tendo dado um valioso contributo para que fossem evitados enormes sofrimentos ao povo português.

O almirante Filgueiras Soares é credor da nossa gratidão. É da mais elementar justiça que o seu nome seja inscrito na lista dos CEMAs; de facto quem exerceu as funções de chefe de Estado Maior da Armada entre 20 de Setembro e 26 de Novembro de 1975 foi o contra-almirante Armando Eugénio de Castro Filgueiras Soares.

Em tempo de Democracia a História e a Memória não devem ser apagadas.

À sua família enlutada apresentamos as nossas sentidas condolências. ■

Delegação do Alentejo elege os seus corpos sociais

DECORREU NO PASSADO dia 6 de Dezembro no Alvito a assembleia-geral da Delegação do Alentejo, tendo sido eleita a única lista que se apresentou a sufrágio. Os corpos sociais no biénio 2010-2012 passam a ter a seguinte composição:

Mesa da Assembleia Geral: presidente – José J. Catalino dos Santos, vice-presidente – Francisco Manuel Matos Serra, secretário – Rafael Francisco Lobato Rodrigues, suplente – António Manuel Pereira Salgado.

Direcção: presidente – José Manuel Nunes Fernandes, vice-presidente – Joaquim Gabriel Laureano Martins, vice-presidente – José Joaquim C. Baguinho, secretário – António Lacerda, tesoureiro – Mariano Pacheco Ramos Paixão, Vogais – João Manuel F. Paradela de Oliveira, António José Velez Mourinho, Ana Luísa Alferes Pinto Soares, José João Saldanha Lopes Correia Matias.

Suplente: Salustiano da Silva Candeias. ■

A25A e INATEL celebram protocolo de cooperação

NA SEQUÊNCIA de uma colaboração prestada ao Teatro da Trindade pela A25A, celebrou-se um protocolo entre a Fundação INATEL e a Associação 25 de Abril.

Damos aqui conhecimento do seu conteúdo e das vantagens de que os nossos associados podem usufruir, em resultado do mesmo.

Sabemos que muitos dos nossos associados já também são associados do INATEL, mas para os que o não são ainda, fica o convite para aproveitar este protocolo, se fazerem associados do INATEL ou aproveitarem as "ofertas" que daqui advêm.

Para tanto basta preencher o formulário de candidatura a sócio, que se encontra disponível na sede nacional e nas Delegações, o qual será remetido pela Sede ao INATEL, acompanhado do valor da quota para 2010 (vinte euros).

Resta dizer que a A25A tem muito gosto e muita honra em assinar este protocolo com uma entidade digna e que tem imposto, na prossecução dos seus objectivos estatutários.

Com efeito, se antes do 25 de Abril a organização FNAT era um instrumento de que o poder se servia para "adormecer" os trabalhadores, nestes quase 36 anos de democracia o INATEL tem sabido prosseguir um caminho que o leva a contribuir para o bem-estar dos trabalhadores em geral, seja qual for o seu estatuto. O que o vem dignificando e faz com que a A25A se sinta, de facto, orgulhosa por ter assinado este protocolo, que a seguir publicamos na íntegra.

ENTRE:
PRIMEIRO – FUNDAÇÃO INATEL, com domicílio na Calçada de Santana n.º 180 em Lisboa, pessoa colectiva n.º 500 122 237 neste acto representada pelo seu Presidente do Conselho de Administração Dr. Vítor Manuel Sampaio Caetano Ramalho e pela Vogal do Conselho de Administração Dra. Cristina Paula Baptista;

SEGUNDO – ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL, com domicílio na Rua da Misericórdia, 95, 1200-
-271 LISBOA, pessoa colectiva n.º 501 323 414, neste acto representada pelo seu Presidente Coronel Vasco Correia Lourenço;
De ora em diante, designados por as "Partes"

CONSIDERANDO QUE:
– A Fundação INATEL, nos termos dos seus Estatutos aprovados pelo Decreto-Lei n.º 106/2008, de 25 de Junho, está incumbida de promover as melhores condições para a ocupação dos tempos livres e de lazer dos trabalhadores no activo e reformados, designadamente desenvolvendo e valorizando o turismo social, a criação e fruição cultural, a actividade física e desporto, a inclusão e solidariedade social;
– A Associação 25 de Abril é uma associação sem fins lucrativos destinada a consagração de valores cívicos e que tem como fins a consagração e divulgação no domínio cultural do espírito do movimento libertador de 25 de Abril de 1974, a recolha, conservação e tratamento de material informático e documental para a história do 25 de Abril e do processo histórico que o precedeu e se lhe seguiu; a organização de cerimónias e outros actos evocativos e comemorativos do 25 de Abril e a divulgação, pedagogia e defesa dos valores e espírito democráticos;
– Existe toda a conveniência no aproveitamento das potencialidades de ambas as instituições com o objectivo de desenvolvimento cultural, desportivo e de actividades de lazer e turismo dos seus associados, entendem as Partes celebrar o presente Protocolo nos termos e condições constantes das seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA
(Objecto)
Pelo presente Protocolo, a Fundação INATEL e a Associação 25 de Abril comprometem-se a colaborar no sentido de aproveitar as potencialidades de ambas as instituições, com vista a desenvolver uma cooperação institucional mútua quanto aos problemas do lazer, cultura e desporto, ligados ao aproveitamento dos tempos livres dos seus associados.

CLÁUSULA SEGUNDA
(Regalias concedidas pela Fundação INATEL)
A Fundação INATEL facilitara aos associados da Associação 25 de Abril a sua inscrição, como beneficiários associados, com isenção do valor de jóia durante seis meses após a data de assinatura do presente protocolo bem como facultará o acesso, em condições preferenciais, as suas diferentes actividades, nomeadamente:
1. Actividades de turismo:
a) Utilização das Unidades Hoteleiras, Parques de Campismo e outras Unidades de Turismo da Fundação INATEL, nas épocas média e baixa, com aplicação das tarifas de beneficiários não associados, com um desconto de 10%;
b) Participação nas excursões e viagens programadas pela Fundação INATEL, desde que haja disponibilidade de lugares, mediante condições a estabelecer caso a caso.
2. Actividades desportivas:
a) Utilização das instalações desportivas existentes para a realização de torneios e/ou campeonatos, a organizar pela Fundação INATEL nas mesmas condições que as estabelecidas para os seus CCDs.;
b) Participação em actividades desportivas nas mesmas condições que os beneficiários não associados da Fundação INATEL, com um desconto de 10% sobre o preçário aplicável, sujeita apenas as restrições decorrentes das modalidades a praticar.
3. Actividades de cultura e formação:
a) Acesso à frequência dos cursos de formação e/ou outras acções no âmbito da cultura, promovidos pela Fundação INATEL, sempre que haja disponibilidade de vaga, nas mesmas condições dos beneficiários não associados, beneficiando de um desconto de 10% sobre os preços aplicáveis;
b) Entrada no Teatro da Trindade, em Lisboa, e em outros locais onde se realizem espectáculos de música, dança, ópera e teatro promovidos pela INATEL, com a aquisição dos respectivos bilhetes ao mesmo preço praticado para os beneficiários associados.
4. Actividades sociais:
a) Participação dos associados do segundo outorgante nos Programas Turismo Sénior, Saúde e Termalismo Sénior e Turismo Solidário, levados a cabo pela Fundação INATEL, nomeadamente através da realização de viagens exclusivas;
b) Participação no programa Abrir as Portas à Diferença, ou outros semelhantes que o primeiro outorgante venha a realizar, mediante a divulgação das condições de acesso por parte da Associação 25 de Abril aos seus associados.

CLÁUSULA TERCEIRA
(Regalias concedidas pela Associação 25 de Abril)
1. Acesso ao restaurante da Associação 25 de Abril, sito na sua sede em Lisboa, pelos beneficiários associados da Fundação INATEL, de acordo com as disponibilidades do mesmo.
2. Cedência das instalações da Associação 25 de Abril, para, nomeadamente, a realização de colóquios, reuniões ou outras actividades de índole cultural, de acordo com as suas disponibilidades e em condições a negociar caso a caso.
3. A Associação 25 de Abril poderá colaborar nas diferentes actividades organizadas pela Fundação INATEL, através da actuação dos diversos grupos – teatro, canto, música, etnografia, etc. –, de acordo com a calendarização das actividades de ambas as instituições.
4. A Associação 25 de Abril compromete-se a divulgar entre os seus associados as actividades programadas pela Fundação INATEL, incentivando-os a nelas participarem.

Vasco Lourenço e Vítor Ramalho, após a assinatura do protocolo

CLÁUSULA QUARTA
(Condições de acesso)

Para efeitos de acesso as condições constantes no presente Protocolo, os beneficiários associados da Associação 25 de Abril deverão apresentar o respectivo cartão de associado, válido para esse ano.

CLÁUSULA QUINTA
(Divulgação)

1. As Partes comprometem-se mutuamente a divulgar nas suas publicações e comunicações para os seus associados, o presente protocolo de colaboração, bem coma a publicitar as iniciativas que forem sendo promovidas.
2. Os outorgantes comprometem-se a inserir "links" para comunicação recíproca nas respectivas páginas da Internet.

CLÁUSULA SEXTA
(Partilha de informação e confidencialidade)

1. As Partes outorgantes acordam em partilhar entre si toda a informação relevante relativa às actividades a desenvolver no âmbito do presente Protocolo, desde que essa informação não se encontre abrangida pelo dever de sigilo profissional ou acordos de confidencialidade com terceiros.
2. As Partes obrigam-se a manter confidencialidade sobre toda a informação entre elas trocada, no que respeite a matérias objecto do presente Protocolo, e a não divulgar a mesma a terceiros, à excepção dos casos em que essa divulgação seja previamente acordada por escrito entre as Partes.
3. Caso o presente Protocolo não tenha continuidade, independentemente dos motivos, as Partes respeitarão, no que se refere a documentos e informações o princípio de confidencialidade previsto na presente cláusula.

CLÁUSULA SÉTIMA
(Vigência)

1. O presente Protocolo entra em vigor na data da sua assinatura, mantendo-se em vigor por um período de um ano, sucessivamente renovável por iguais períodos se não for denunciado, mediante comunicação escrita, por qualquer das Partes com a antecedência mínima de 90 dias relativamente à data do seu termo ou do das prorrogações.
2. As alterações ao presente Protocolo revestirão sempre a forma escrita e poderão ser decididas em qualquer momento por comum acordo, assumindo a forma de substituição parcial ou integral ou de aditamento ao presente documento. ■

Lisboa, 27 de Janeiro de 2010

Programa do INATEL também para associados da A25A

SAO DIVERSAS AS INICIATIVAS de carácter cultural e desportivas que o Inatel promove e coloca à disposição dos seus sócios, iniciativas que a partir de agora, por via do protocolo celebrado com a A25A estão também ao alcance dos associados da A25A.

Assim, o Teatro Trindade em Lisboa acolhe, na sua sala principal, Paulo de Carvalho, a 3 de Fevereiro; Ronda dos 4 Caminhos, a 10 de Fevereiro; e Hélder Moutinho, a 24 de Fevereiro. Três concertos, às quarta-feiras, com início às 18H00, e bilhetes a 5 euros, estando todos os concertos classificados como espectáculos acessíveis a maiores de seis anos.

Bilhetes à venda: Teatro da Trindade, 3.ª f, 14H00-22H00; 4.ª f a Sab. 10H30-12H00 e 14H00-22H00; Domingos 10H30-12H00 e 14H00-18H00.

FNAC, Abreu, Ag. Alvalade, www.ticketline.pt, Bliss, Worten e Bulhosa Livreiros.
Informações e reservas: Teatro Trindade t. 213420000, Ticket Line 707234234
O INATEL averte para o facto de o programa poder ser alterado por motivos imprevistos.

Também no Teatro da Trindade ocorrem conversas no *foyer*, com entrada livre, durante o mês de Fevereiro, às 18H00, e de acordo com o seguinte programa:

4 de Fevereiro – "Máscaras do Céu" são o tema da conversa entre José Prudência (astrólogo), Rui Agostinho (astrónomo) e Nuno Crato (matemático);

11 de Fevereiro – "Máscaras e mascarados" inspiram o debate entre Filipe Crawford, Hélder Ferreira, Carlos Brandão Lucas e Alberto Correia;

18 de Fevereiro – "Tradições carnavalescas" mobilizam a tertúlia entre Mário Correia, António Pinelo Tiza e Alberto Sardinha;

25 de Fevereiro – O tema "corsos carnavalesco" será debatido por membros de um painel a anunciar oportunamente.

Oficinas de tempos livres. O INATEL abriu inscrições para as Oficinas de Tempos Livres que decorrem entre Março e Junho de 2010, nas seguintes modalidades:

Oficina de escrita de viagens e fotografia; Oficina de teatro; Oficina de Artes (aguarela e pastel, artes decorativas, desenho, escultura, olaria, pintura, porcelana); Oficina de ofícios (bordados tradicionais, corte e costura, joalharia em esmalte); Oficina de História (História da implantação da República Portuguesa, História do Património de Lisboa); Oficina de informática (iniciação à informática); e Oficina de Línguas (Iniciação ao Inglês e Inglês elementar).

Desporto. Estão em curso até ao próximo dia 19 de Março as candidaturas a subsídios a atribuir aos CCD's, segunda fase. Para mais informações, consultar www.inatel.pt

Turismo Sénior. Estão já programadas as novidades para a 3.ª fase de 14 de Março a 30 de Maio próximos. Viagens temáticas: "rota dos musicais nos casinos", "Rota dos teatros"; "Rota das aldeias históricas", e "rota da dança". Calendários e preços podem ser consultados através de www.inatel.pt ou, a partir de 4 de Março, pelo telefone 210027084.

Outras viagens. Duas noites no Piódão; o mês da lampreia em Cerveira; excursões a Valência, Cabo Verde, Terra Santa e Israel, Holanda, Açoes, Algarve e Braga (Semana Santa) promovidas pelo INATEL estão ao também ao alcance dos associados da A25A. Para saber mais consultar www.inatel.pt ou www.a25a.org. ■

Convites à A25A

Sociedade Portuguesa de Autores, Gala «Prémios Autores», 08-02-2010; reitor da Universidade de Lisboa, cerimónia de abertura do Ano Académico de 2009/2010, 15 -11-2010; Inauguração da exposição de Cruzeiro Seixas, 18-11-2009; Cerimónia de Outorga das Insígnias de Doutor Honoris Causa, 26-11-2009; Grande Exibição Artística da Universidade Normal do Nordeste da China, 24-01-2010; Kino – mostra de cinema de expressão alemã, 27-01-2010; Liga dos Combatentes, comemoração do 91.º Aniversário do Armistício e 86.º Aniversário da Liga do Combatente, 14-11-2009; Companhia Teatral do Chiado, estreia da comédia «A Dama de Copas e o rei de Cuba», 12-11-2009, Sessão especial de Aniversário das obras completas de William Shakespeare (em 97 minutos), 23-11-2009; Câmara Municipal de Vila Franca de Xira e o Museu do Neo-Realismo, inauguração da exposição «The return of the real» de João Fonte Santa, 19-11-2009; presidente da Liga da Multisecular Amizade Portugal – China, lançamento do livro de história «Liga da Multisecular amizade Portugal-China», 16-12-2009; Câmara Municipal de Lisboa, instalção dos órgãos do Município, 3-11-2009; Círculo de Arte e Recreio – CAR, jantar comemorativo dos 70 anos do CAR, 14-11-2009; presidente da Câmara Municipal de Gaia e a Direcção do Circulo Cultural Teatral – TEP, estreia do espectáculo 216.º «Pares e ímpares», 24-09-2009, 217.º «As espertezas de Fígaro», 13-11-2009; Editorial Caminho, lançamento de «O Homem que não tira o palito da boca» de João de Melo, 24-11-2009; Conselho de Administração da Municipália EM, director Artístico do Centro Cultural Malaposta e a Klássikus, estreia de «Divina Loucura» de Fernando Gomes, 3-12-2009; presidente da Câmara Municipal de Almada e o director do teatro Municipal de Almada, apresentação da Temporada 2009-2010, 06-11-2009; Estreia da peça «Ana» de José Vieira Mendes, 26-11-209; Estreia da peça «A Mãe» de Bertolt Brecht, 6-01-2010; Inauguração da exposição, «As figuras do sol-pôr» de Deodato Santos, 9-01-2010; Estreia da peça «Uma visita inoportuna» de Copi, 14-01-2010; Câmara Municipal de Odivelas, inauguração da exposição «Grândola Vila Morena», 10-12-2009; embaixador da Federação da Rússia e o reitor da Universidade de Lisboa, inauguração da exposição de livros da «Casa de diáspora Russa Alexandre Soljentsyn», 14-1-22009; reitor da Universidade de Lisboa e o reitor da Universidade Lusófona, Homenagem a Alfredo Margarido – Um disciplinador de consciências, 10-12-2009; Leya, sesão comemorativa a Alice Vieira – 30 anos de livros, 16-12-2009; Clube Futebol Os Belenenses e a Áncora Editora, lançameno do livro «Clube de futebol os Belenenses – 90 anos de História» de José Ceitil, 10-11-2009; Sociedade Filarmónica União Artística Piedense, XIV Concerto de Gala, 27-11-2009; Galeria de Arte do Casino Estoril, XXIII Salão de Outono, 28-11-2009, exposição de «Rogério Timóteo», 24-10-2009; TêTé, lançamento do livro «Tête – estória da Pré-História do Chapitô (1946-1987)», 27-11-2009; Papiro Editora, lançamento do livro «Crónicas – Um país sob escuta», 18-09-2009; AOFA, jantar comemorativo do 17.º aniversário, 12-10-2009; Editorial Caminho, lançamento do livro «Lúcio Lara – imagem de um percurso», 04-02-2010, «Memórias vivas do Jornalismo» de Fernando Correia e Carla baptista, 11-02-2010, «Camilo Castelo Branco», 2-12-2009; ; presidente da Câmara Municipal de Almada, cerimónia de inauguração do Monumento espiral do Tempo, 09-05-2009; Teatro Aberto e a Sextante Editora, lançamento dos livros, «Elogio da Política» de Mário Soares «Contrato Sentimental», de Lídia Jorge e «Recardo a Penélope» de Cunha Rodrigues, 04-09-2009; Câmara Municipal de Almada e Junta de Freguesia da Trafaria, cerimónia de homenagam aos ex- Combatentes do Ultramar, da Vila da Trafaria, 21-11-2009; Circulo de Leitores e a tema e debates, apresentação da obra «Dança dos Demónios», 24-11-2009; Governo Civil de Lisboa, inauguração da exposição fotográfica de Luís pavão «Cores das nossas memórias», 16-10-2009; Teatro Nacional D. Maria II, espectáculo «Afonso Henriques», 14-10-2009; presidente da Assembleia Municipal de Almada, cerimónia de Instalção dos órgãos municipais, 11-10-2009; Chefe Estado-maior da Armada e a Presidente da Câmara Municipal de Almada, cerimónia de cedência do antigo farol de Cacilhas ao Município de Almada, 18-07-2009; Director do centro de estudos Sociais, inauguração do CÊS-Lisboa, 11-09-2009; Guerra e Paz editores e El Corte Inglês, lançamento do livro «Capitão de Abril, Capitão de Novembro», do Coronel Sousa e Castro, 25-11-2009; Editora calendário, apresentação do livro «Alberto Vilaça – 80 anos – o sentido que se dá à vida», 12-12-2009; Câmara Municipal de Vila Franca de Xira e o Museu do neo-realismo, exposição «Na esteira da Liberdade», 07-11-2009; Direcção do Museu Nacional da Imprensa, lançamento do livro «memórias de uma mulher de letras», 05-12-2009; Teatro São Luiz, apresentação da peça «O artista português é tão bom como os melhores», 11-12-2009; presidente da Câmara Municipal da Amadora, Cerimónia de entrega de prémios dos concursos e troféus do 20º Amadora BD 09, 31-10-2009; presidente da Câmara de Lisboa e o presidente do Conselho de gestão da Colecção Francisco capelo, abertura da exposição «É proibido proibir!», 29-10-2009; Galeria Sarte, inauguração da expoisção de pintura e fotografia «Common Ground: 11 American Artists», 29-09-20909, exposição de pintura «Portagem para o literário», 17-11-2009; Junta de Freguesia de Almada, tomade de posse da nova Assembleia de Freguesia, 02-11-2009; Jornnal ELO, 35º aniversário do Jornal, 23-11-2009; Fundação Internacional Racionalista, jantar, 12-11-2009; A Barraca, estreia do espectáculo «O professor de Darwin» de Hélder Costa, 05-09-2009; estreia do espectáculo « A Bicicleta de faulkner» de heather Macdonald, 6-09-2009; Associação portuguesa de Escritores, entrega do grande Prémio de Romance e Novela APE/DGLB – 2008», 19-09-2009; Associação nacional de Sargentos, Comemoração do 31 de Janeiro de 1891 - Dia do sargento, 30-01-2010, Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e o Presidente da Comissão Nacional para as Comemoações do Centenário da República, protocolo de cooperação, 14-01-2010; Presidente da Câmara Municipal de Viseu e O presidente da Direcção nacional dos deficientes das Forças Aramadas, acção subordinada ao tema 35 anos de Abril – história da participação dos militares de Viseu, contada pelos capitãesd e Abril, 12-12-2009; ADFA, tomada de posse dos Orgaos sociais, 07-01-2010; Universidade Lusíada de Lisboa e a Ordem do Carmo de Portugal, inauguração da exposição de Gabriela marques da Costa, apresentação da obra «olhares de hoje sobre uma vida de Ontem», lançamento do CD de José campos e Sousa «São Nuno de Santa Maria por Portugal – e mais nada», 06-09-2010. ■

Ofertas à A25A

Livros: «Como ter um coração saudável» do Prof. Manuel Oliveira Carrageta, oferta da Editora Áncora; «Alberto Vilaça – 80 anos – O sentido que se dá à vida», oferta de Natércia Vilaça; «A memória do futuro», de Victor Ramalho, oferta de Vasco Lourenço; «Passagens e afectos» de João de Deus Rodrigues, oferta do autor; «Cantar Liberdade» de Eurico Carrapatoso e Paulo Brandão, oferta da Câmara Municipal de Almada; «Moçambique – Identidade, Colonialismo e Libertação» de José Luís Cabaço, oferta do autor; «Lugares Históricos de Portugal», de José Hermano Saraiva e «FNAT – ano XX– 1935 – 1954», «Dez Anos de Alegria no trabalho», oferta do INATEL; «As prisões da Junqueira», «O segredo de Joe Gould», «Memórias e Lutas – dum trabalhador da construção Civil» e «Regresso», oferta de Jaime dos Santos André; «Revista História das Ideias – A Guerra», oferta de Pedro Pezarat Correia.

Várias revistas publicadas a seguir ao 25 de Abril, oferta de Luís Leal de Faria. ■

Associados falecidos

Registamos o falecimento de João Soares Guerreiro Rodrigues (sócio fundador), João Luís Macedo Carrilho (sócio fundador), José Sobral (sócio efectivo) e Luís José Moura Fernandes (sócio efectivo). Às famílias enlutadas apresentamos sentidas condolências.

Vamos aprender Bridge! (82)

LUÍS GALVÃO

SABEMOS QUE as fragilidades reveladas pelos sistemas de marcação na solução adequada para algumas situações específicas podem ser ultrapassadas pela escolha e correcta aplicação de um conjunto de convenções, o que, actualmente, constitui prática habitual no bridge de competição.

1 – CONVENÇÕES
1.2 – O LEBENSOHL

Começamos por apresentar duas mãos que escolhemos para tipificar uma das fragilidades apresentadas pelo Sistema Natural na solução duma marcação eficaz.

O que marcaria, se o seu parceiro tivesse aberto em 1ST (15/17) e o ADV à sua esquerda tivesse intervindo em 2♥, com as mãos?

A	B
♠ 74	♠ RD
♥ 62	♥ 62
♦ DV97652	♦ ADV1094
♣ 53	♣ D108

É evidente que, com a mão A, qualquer jogador desejaria competir marcando 3♦. O problema é que, se o fizer, sabe que o parceiro irá continuar o leilão por considerar "forcing" o anúncio feito, o que poderá conduzir a contratos irrealistas, tida em conta a mão do respondente e o valor em PH existente na linha.

Mas admitamos que o par resolveu o problema acordando que, sobre uma intervenção, o anúncio de um naipe não é uma voz "forcing" mas sim uma marcação de desistência. Se tal estiver definido o que fazer então com a mão B? Marcar 3ST na esperança do abridor deter uma defesa em ♥? Arrancar para a partida em 6♦? Cuebidar, marcando ♥, tentando saber se o parceiro possui defesa a ♥ mas arriscando-se a que o abridor interprete o cue-bid como um STAYMAN, o que poderá conduzir a um desenvolvimento utópico do leilão?

As mãos anteriores são apenas um exemplo das muitas questões que se colocam com as intervenções após as aberturas em 1 ST e que podemos enumerar desta forma:

– Quais as vozes, do parceiro do abridor, que são "forcing"?
– Quais as que o não são?
– Quais as que são convite à partida?
– Quais as que são naturais?
– Quais as artificiais?
– Como encontrar um fit 4/4 em ricos?
– Como interpretar o Dobre?
– Como indicar ao abridor que *se possui, ou não*, defesa no naipe de intervenção, tendo em vista jogar-se em ST?

O LEBENSOHL resolve todas estas questões e funciona da forma que a seguir se indica:

1 – DOBRE: É punitivo.
2 – Anúncio de um naipe ao *nível 2*: É uma voz de *desistência*.
3 – Anúncio de um naipe ao *nível 3*: É "forcing" à partida.
4 – Anúncio de 2ST: É uma voz artificial ("relais") e que "obriga" o abridor a dizer 3♣, dobre os quais o respondente:
a) Passa com mão fraca e naipe de ♣ comprido (6 cartas mínimo).
b) Se fizer qualquer marcação de naipe de "ranking" inferior ao da intervenção é uma voz de *desistência*.
c) Se fizer qualquer marcação de naipe de "ranking" superior ao da intervenção é um *convite* à partida.
5 – Cue-bid sobre a intervenção: É STAYMAN prometendo, no mínimo, um naipe rico (♥ ou ♠) de 4 cartas mas negando qualquer defesa no naipe do ADV.

Com esta sequência a voz a dar, pelo abridor, obedecerá às seguintes prioridades:

a) Anúncio de um naipe rico de 4 cartas, se o tiver:
b) Anúncio de 3 ST caso não detenha nenhum naipe rico de 4 cartas e possua defesa no naipe do ADV, dado o parceiro, ao cuebidar, ter indicado não a deter;
c) Caso não possua defesa nem naipe rico de 4 cartas:
(1) Se estiver mínimo marca 4♣ (♦) escolhendo o naipe pobre de 4 cartas;
(2) Se conhecer o naipe do parceiro pode, *eventualmente*, tentar a partida nesse naipe com o fit 4/3;
(3) Se estiver máximo e sem defesa no naipe da intervenção o abridor pode saltar para a partida caso tenha um naipe pobre comprido ou, caso possua 4/4 nos menores, repetir o cue-bid ao nível 4 pedindo, com tal anúncio, ao parceiro para que escolha o seu melhor naipe pobre.

6 – A marcação directa de 3ST sobre a intervenção indica possuir força suficiente para a partida mas *nega* a existência de qualquer defesa no naipe da intervenção.
7 – A marcação inicial de 2ST sobre a intervenção do ADV e posteriormente seguida de um cue-bid é um STAYMAN mas afirmando, com esta sequência, possuir defesa no naipe do ADV para além de deter 4 cartas em, pelo menos, um dos naipes ricos.

Há que alertar para o facto de como a maior parte das intervenções em 2♣ serem artificiais, isso poderá criar problemas no significado dos cue-bids em ♣, situação que deve merecer um prévio acordo do par sobre a questão, para evitar desencontros.

8 – A marcação de 2ST que, como vimos, obriga o abridor a anunciar 3♣ e o rebide do respondente em 3ST *indica* a existência de defesa no naipe da intervenção e, para além disso, força e interesse em jogar esse contrato.

Aqui chegados facilmente concluímos que o LEBENSOHL dá eficazes soluções às questões que indicámos e que invariavelmente acontecem quando os ADV interferem no leilão após uma abertura em 1ST.

Acredito que a compreensão e a aplicação desta Convenção possam parecer algo complicadas. Asseguro-lhes que esse sentimento inicial não corresponde à realidade, dado que a memorização dos desenvolvimentos é muito facilitada com a identificação da "filosofia" que está subjacente à sua aplicação, além de que os benefícios colhidos com a utilização do LEBENOHL compensam largamente algum "trabalho de casa".

Até ao próximo número. ■

Nota de rodapé:

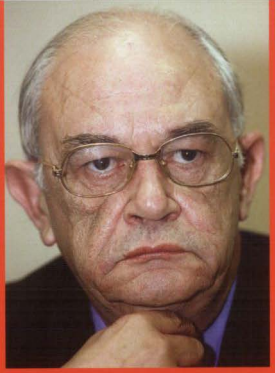
Para além da utilização após aberturas em 1ST do nosso parceiro, o LEBENSOHL também tem aplicação após:

– Aberturas do ADV em 2 ♥/♠ fracas
– Sobre inversos do nosso parceiro.

Essas variantes, caso suscitem interesse, deverão merecer estudo cuidado da sua aplicação e acordo prévio dos desenvolvimentos possíveis.

Quotas de 2010 a pagamento em Janeiro

A Associação 25 de Abril está empenhada em prosseguir uma gestão rigorosa e em cumprir o programa de actividades a que se propõe. Para que tudo isto seja possível, é necessário que os associados compreendam os desígnios da Direcção e atempadamente satisfaçam o pagamento das suas quotas.



LIBERDADE E COERÊNCIA CÍVICA
- O EXEMPLO DE

ERNESTO MELO ANTUNES

NA HISTÓRIA
CONTEMPORÂNEA
PORTUGUESA
COLÓQUIO/EXPOSIÇÃO
FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN
ENTRADA LIVRE

27 NOVEMBRO

9:00 **SESSÃO DE ABERTURA**
Jaime Gama, Emílio Rui Vilar
Vasco Lourenço, Maria Inácia Rezola

DITADURA E OPOSIÇÃO: DOS AÇORES AO MOVIMENTO DOS CAPITÃES
Presidência: Mário Soares
Painel: Antonio Borges Coutinho, Mário Mesquita, Weber Machado Pereira
Comentário: António Costa Pinto

DESCOLONIZAÇÃO: A PEDRA BASILAR DO PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO
Presidência: Jorge Sampaio
Comunicação: Pezarat Correia
Comentário: Vasco Vieira de Almeida, Sanchéz Cervello

15:00 **UM PROCESSO REVOLUCIONÁRIO EM CURSO (1974-1976)**
Presidência: Garcia dos Santos
Comunicação: Maria Inácia Rezola
Comentário: Vasco Lourenço, António Reis

NA CONSOLIDAÇÃO DEMOCRÁTICA: CONSELHO DA REVOLUÇÃO E COMISSÃO CONSTITUCIONAL
Presidência: Ramalho Eanes
Comunicação: Jorge Miranda (Perspectiva Institucional), Sousa e Castro (Perspectiva Política e Militar)
Comentário: Loureiro dos Santos; Pedro Magalhães

28 NOVEMBRO

10:00 **POLÍTICA INTERNACIONAL: DIPLOMACIA, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DIÁLOGO ENTRE O POVOS**
Presidência: Raul Morodo
Comunicação: Luís Castro Mendes
Comentário: Ana Gomes, Luís Reis Torgal

11:45 **SESSÃO DE ENCERRAMENTO: TESTEMUNHOS**
Presidência: Eduardo Lourenço
Testemunhos: António Lobo Antunes, Artur Santos Silva, Figueiredo Dias, Joaquim Chissano, João Cravinho, Manuela Silva , Manuel Alegre, Paulo Jorge, Rui Machete

Apoios:
FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN
FUNDAÇÃO LUSO-AMERICANA
FUNDAÇÃO ODEBRECHT
ESCOLA SUPERIOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Montepio
Câmara Municipal Lisboa
Parceiros Media:
Diário de Notícias
RTP